



**Primórdios da formação e prática de enfermagem em Portugal:
Enfermeiros e ajudantes no Hospital Geral de Santo António – Porto (1896-1918)**

Faria, S.^a;
Silva, H.^b;
Braga Maia, T.^c;
Vieira, F.^d

Resumo

O presente artigo visa conhecer o contexto em que surge o curso de enfermagem no Hospital Geral de Santo António no Porto (Portugal) com vista a dotar o pessoal de enfermagem de competências técnicas, melhorando assim a assistência aos doentes deste estabelecimento de saúde. Num segundo momento, analisam-se os traços gerais da prática da enfermagem neste Hospital, incluindo o movimento associativista do pessoal de enfermagem. Pretende-se perceber qual a representação profissional da enfermagem neste contexto, bem como examinar a relevância da criação do curso de enfermagem neste Hospital portuense para a melhoria da prática de cuidados, aplicando uma metodologia qualitativa e quantitativa com base na análise histórica documental de fontes primárias, impressas e manuscritas.

Palavras-chave: evolução da prática de enfermagem, ensino de enfermagem, história da enfermagem, Portugal

**Early days of nursing training and practice in Portugal:
Nurses and assistants at the Hospital Geral de Santo António - Porto (1896-1918)**

^a Lic. Hist.; MsC Museologia. Centro Hospitalar do Porto, Porto – Portugal (sonia_castro_faria@yahoo.com)

^b PhD Hist; Lic. Hist. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - Centre de Recherches Historiques, Paris – France (lena_silva99@yahoo.com)

^c Professora Coordenadora Jubilada, Enfermeira. Porto – Portugal (tbragamaia@gmail.com)

^d MsC Mkt; Lic. Hist. Escola Superior de Enfermagem do Porto, Porto – Portugal (franciscovieira@esenf.pt)

Abstract

The present article aims to identify the creation context of the nursing course at the *Hospital Geral de Santo António* in Porto (Portugal), to endow the nursing staff with technical skills, improving care assistance in this health institution. At a second moment the main lines of nursing practice in this Hospital are analysed, including the nursing staff associative movement. We intend to understand what was the professional representation of nursing in this context, as well as examine the importance of the creation of this nursing course in order to improve care practice, applying a qualitative and quantitative methodology based in an historical documental analysis of primary sources, printed and manuscripts.

Key-words: evolution of nursing practice, nursing education, nursing history, Portugal

Inicios de la formación y la práctica de enfermería en Portugal:

Las enfermeras y auxiliares en el Hospital Geral de Santo António - Porto (1896-1918)

Resumen

Este artículo tiene como objetivo comprender el contexto en que resulta el programa de enfermería en el Hospital Geral de Santo António de Porto (Portugal) a fin de proporcionar al personal de enfermería los conocimientos técnicos necesarios para la profesión, mejorando así la atención al paciente en esta institución de salud. En segundo lugar, se analizan las características generales de la práctica de enfermería en este Hospital, incluyendo el movimiento asociativo de las enfermeras. El objetivo es darse cuenta de la representación de enfermería y examinar la pertinencia de la creación de un curso de enfermería en Porto para el mejoramiento de las prácticas de cuidado, aplicando una metodología cualitativa y cuantitativa basado en una análisis histórico-documental de fuentes primarias.

Palabras clave: evolución de la práctica de enfermería, educación en enfermería, historia de la enfermería, Portugal

Introdução

O estudo da formação e prática de enfermagem no Porto, Portugal, entre os finais do século XIX e inícios do século XX (1896-1918), apresenta ainda lacunas que importam debelar quanto à sua origem e evolução, demonstradas pelos equívocos quanto à criação do Curso de Enfermagem no Hospital Geral de Santo António (HGSA) em 15 de junho de 1896¹ e pela

constante omissão dos motivos e formato do curso criado. De facto, perceber o contexto de criação do Curso de Enfermagem e as repercussões na representação profissional do corpo de enfermeiros no HGSA, são aspetos indeléveis na aferição da aplicabilidade dos conteúdos programáticos do ensino na prática de enfermagem no HGSA entre 1896, com a criação do Curso de Enfermagem, e 1918, altura da reformulação do curso.

Pretende-se, em primeiro lugar, perceber qual a representação profissional da enfermagem neste contexto, bem como analisar a relevância da criação do Curso de Enfermagem no HGSA para a melhoria da prática de cuidados. A prática de enfermagem era dirigida pelo diretor administrativo do Hospital, sob chefia do diretor clínico. Numa conceção do enfermeiro como auxiliar do médico, a enfermagem foi sendo dotada de melhor formação e preparação, pela criação do Curso de Enfermagem, que numa ótica de classe profissional, se atesta pela criação e estudo da, até agora esquecida, Associação de Classe dos Enfermeiros dos Hospitais Civis do Norte (ACEHCN).

O Curso de Enfermagem criado para instruir os enfermeiros de conceitos mínimos de intervenção na prática hospitalar possibilitou a formação de um grupo profissional mais habilitado na prática clínica, não obstante as reclamações constantes pela falta de preparação primária de que eram alvo. Apesar disso, a partir de 1912, com a criação da ACEHCN, a sua representatividade era já significativa, denotando um corpo profissional relativamente consolidado.

1. Metodologia

As fontes em uso no estudo são documentos manuscritos e impressos pertencentes ao acervo da Biblioteca Central do Centro Hospitalar do Porto, selecionados dos fundos documentais relativos ao Hospital Geral de Santo António. Paralelamente, foram analisados documentos provenientes do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia do Porto, instituição a quem incumbia a gerência do Hospital Geral de Santo António, o principal estabelecimento hospitalar da cidade do Porto no período em estudo. Tivemos ainda em conta a análise de um dos principais periódicos da cidade (*Comércio do Porto*), bem como os estatutos da Associação de Classe em análise, recorrendo a imagens e ilustrações do pessoal de enfermagem.

Para além de procedimentos de análise documental, sua contextualização e categorização, bem como de triangulação de conteúdos e fontes, procedeu-se a uma reflexão sobre a génese da formação e prática de enfermagem.

2. Resultados e discussão

2.1 Ensino e cuidados de enfermagem no HGSA (1896-1918)

Os melhoramentos higiénicos e caritativos de que o país foi alvo na segunda metade do século XIX² fazem perceber uma repercussão direta na necessidade de dotar o corpo de enfermagem de conhecimentos técnicos que acompanhassem essa evolução e que, *grosso modo*, fomentaram neste período de charneira a qualificação de um cuidar pouco significativo para uma enfermagem hospitalicêntrica³. Neste contexto surge a 15 de junho de 1896 a Escola de Enfermeiros do HGSA, motivada por diversas reformas dos serviços hospitalares, cuja pedra de toque remonta a 1855, pelas mãos do então provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, conselheiro Lopes Branco⁴.

De facto, o país imbuído pela modernização tecnológica, motor da atividade económica, viu-se a braços com processos reformadores que tocaram várias áreas da vida social e política de então, a que a medicina não ficou alheia⁵ e a que o HGSA teve de dar resposta. Esta *reforma moral e religiosa de todos os funcionários* proporcionou, em 1855, a aquisição de novos hábitos de trabalho e uma melhoria substancial nos serviços prestados pelos empregados do Hospital⁶.

Anteriormente, em 1592, o *Regimento da Santa Casa da Misericórdia do Porto* havia definido as competências da enfermeira⁷ percebendo-se, pela sua persistência como exemplar raro no que concerne a definição da mestria em enfermagem no Porto até 1896 – portanto, até à edição do Manual de Enfermagem de autoria de Evaristo Saraiva –, a progressiva estagnação do ofício de enfermagem no Porto até ao século XIX, a que a criação da escola de enfermeiros, mais de 300 anos depois, veio tentar colmatar pela formação de um corpo profissional com conhecimentos necessários ao cuidado do paciente⁸, propiciando melhorias na representação social da enfermagem.

A figura ímpar e amplamente esquecida de Nunes da Ponte, diretor administrativo do HGSA em 1894, foi fundamental para reabilitar as propostas de Costa Simões quando, em 1883, dirigiu a reforma dos serviços do HGSA, propondo a criação de um curso de enfermagem⁹. Uma iniciativa similar tinha fracassado dois anos antes no centro do país, em Coimbra¹⁰⁻¹².

Também no Porto não surtiu efeito a curto prazo. Será apenas em 1894 que Nunes da Ponte, discípulo do “*ilustre mestre o exmo. Snr. Dr. Costa Simões*” fomentará uma “*vassourada*

reformadora”^{13:157}, com especial ênfase na reforma profunda do pessoal de enfermagem do Hospital. Nunes da Ponte retomou a questão da formação de enfermeiros e lançou as bases da futura Escola de Enfermeiros, criada um ano depois, já sob a direção administrativa de Maximiano de Lemos.

Imbuído desta veia reformadora o novo diretor administrativo, Maximiano de Lemos, empreenderá inúmeras reestruturações de fundo, continuando a requalificação dos seus serviços e das condições higiénicas, otimizando o funcionamento da farmácia e requalificando as salas de enfermaria e o sistema de despejos. Amplia ainda as concessões feitas à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, no sentido de a dotar de melhores condições para a formação médica. Ao nível dos recursos humanos propôs um novo regulamento, mantendo o registo de Nunes da Ponte e Wenceslau de Lima – este último, proponente da moção sobre a criação de um curso de enfermagem e a requalificação dos meios humanos do HGSA¹.

A formação de enfermeiros, arreigada ao espírito inovador de Wenceslau de Lima, tomará como exemplos as escolas de enfermeiras em França, Inglaterra e Estados Unidos, acabando definitivamente com a velha questão da enfermagem laica/religiosa no HGSA. O tema surgiu, de quando em vez a partir de 1883, quando Costa Simões defendera de forma acérrima a laicidade da profissão⁹.

O plano de estudos limitava-se à prática de pensos, da assepsia e da antissepsia, dando resposta tanto ao aumento exponencial de curativos a fazer no estabelecimento, quanto ao problema de higienização de enfermos e profissionais, tentando assim diminuir o risco de infeção e contágio⁴. Para além deste curso, designado de elementar, é criado o curso administrativo com o objetivo de dotar os enfermeiros da instrução necessária para aceder a cargos de superior responsabilidade.

O plano de reformulação do regulamento dos serviços técnicos do HGSA foi aprovado em janeiro de 1896, por uma comissão composta por Jacome Fernandes Alves Macedo, João Batista de Lima Júnior, Abel Eduardo Pereira Brandão, José da Costa Lima e Paulo Marcelino Dias de Freitas. A criação da Escola de Enfermeiros deixou de ser uma ideia para passar a ser efetiva, com a aprovação do Regulamento pelo Governo Civil do Porto a 15 de junho de 1896 e com o início da atividade letiva em 1 de outubro de 1896¹⁴.

É assim nomeado para professor do curso profissional o médico Evaristo Gomes Saraiva, clínico interno no HGSA, e autor do *Manual para o Curso de Enfermeiros do Hospital Geral de Santo António da Misericórdia do Porto*, de 1896⁸. O livro serve de sebenta do curso e tem

importante relevância no que concerne à delimitação dos deveres e competências dos enfermeiros do HGSA.

Mantendo o imperativo de ministrar instrução teórica e prática ao seu pessoal de enfermagem o regulamento do então Curso de Enfermagem do HGSA, aprovado em 1918¹⁵, fixava a duração do curso em dois anos consecutivos, sendo o primeiro destinado à parte teórica – duas lições semanais – e o segundo reservado à parte prática, ministrada nas diferentes repartições do Hospital na forma e condições a designar pelas direções técnica e administrativa⁴.

Com estes estatutos internos pretendia-se habilitar o corpo de enfermeiros do Hospital de competências técnicas e teóricas que possibilitassem melhorar a assistência aos doentes, melhorar o serviço das consultas e banco, aperfeiçoar a ação do pessoal de enfermagem, fiscalizar e melhorar o serviço interno e atualizar o serviço de análises clínicas, focos algo reformadores que dotaram o Hospital de novos meios para encarar o desabrochar de um novo século que encontrava um país em mudança, tentando responder às rápidas transformações tecnológicas e sociais que a Europa vivia¹⁶⁻¹⁷.

2.1.1 O Manual de Evaristo Saraiva e a lenta regulação dos deveres e competências dos enfermeiros no HGSA

Em sessão ordinária da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto de 18 de junho de 1896 é nomeado para professor do curso profissional o médico Evaristo Gomes Saraiva, clínico interno mais antigo do Hospital. Foi este o autor do *Manual para o Curso de Enfermeiros do Hospital Geral de Santo António da Misericórdia do Porto*, editado pela primeira vez em 1896 pela oficina tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, propriedade da mesma Misericórdia, tendo reedição em 1904.

Em virtude da inexistência de literatura científica portuguesa apropriada ao ensino dos alunos, tal como indica no prefácio, socorre-se do *Manual do enfermeiro* do dr. Bourneville em 5 volumes, procurando adaptar ao programa oficial da escola⁸. Refere ainda que os títulos dos capítulos correspondem aos quesitos do respetivo programa do Curso de Enfermagem.

O manual de Evaristo Saraiva¹⁸ é composto por dezanove capítulos e duas adendas, subordinadas às temáticas: deveres dos enfermeiros e programa do curso de enfermeiros. Como refere o autor no prefácio, a organização do livro deve-se às necessidades do programa do curso.

Uma vez que o objetivo da presente abordagem não é de, exaustivamente, focarmos a questão das temáticas tratadas pelo curso, mas sim perceber a sua orgânica, debruçamo-nos

sobre os assuntos relacionados com o programa do curso e com o papel e deveres dos enfermeiros em formação.

A tabela 1, indicativa do peso relativo de cada capítulo deste manual, permite perceber a orgânica pedagógica do curso e a importância relativa de cada conteúdo programático ministrado. Não se deve descorar, porém, a complexidade que cada temática encerra, por capítulo, pelo que tal quadro se reveste de carácter demonstrativo.

Tabela 1: Número de páginas por capítulo do Manual de Evaristo Saraiva (1896) (18)

Capítulo	Título	N.º de pág.	% do n.º pág.
I	Enfermarias, salas, temperatura, limpeza e ventilação	6	3,5%
II	Leitos e acessórios, almofadas e aparadeiras	7	4,0%
III	Transporte dos doentes e feridos. Macas. Modo de tocar num doente e de o deitar. Modo de o despir	5	2,9%
IV	Pensos. Instrumentos. Substâncias empregadas. Fios. Algodão. Gaze. Peças de curativo. Ataduras e compressas. Laços e nós	8	4,6%
V	Pensos Anticéticos	8	4,6%
VI	Medicamentos tópicos	9	5,2%
VII	Tópicos líquidos empregados internamente, mas que não atravessam o tubo digestivo; vomitórios, dentífricos, gargarejos, colírios, injeções e clisteres	18	10,4%
VIII	Tópicos moles. Corpos gordos. Cerotos. Vaselina. Lanolina	19	11,0%
IX	Diferentes ligaduras	3	1,7%
X	Fraturas. Levantamento e transporte dos feridos afetados de fraturas. Ideia sumária dos aparelhos de fraturas	3	1,7%
XI	Feridas. Hemorragias: hemostase	19	11,0%
XII	Sangria. Sanguessugas. Ventosas	10	5,8%
XIII	Temperatura e termometria	5	2,9%
XIV	Cateterismo	9	5,2%
XV	Massagem	3	1,7%
XVI	Banhos. Hidroterapia	9	5,2%
XVII	Alimentação dos doentes. Alimentação artificial. Lavagem do estômago	6	3,5%
XVIII	Papel do enfermeiro durante a visita do médico. Limpeza das mãos e do vestuário. Auxílio a prestar no exame dos diferentes órgãos. Papel do enfermeiro durante a anestesia e cuidados posteriores a esta	12	6,9%
XIX	Cuidados a doentes especiais, alienados, histéricos e epiléticos; doentes sem sentidos; doenças infectuosas. Remoção dos cadáveres das enfermarias	10	5,8%
Deveres	Deveres dos enfermeiros	2	1,2%
Programa	Programa do curso de enfermeiros	2	1,2%
Total		173	100%

Destaque-se o peso relativo dos capítulos VII, VIII e XI (32,4% do total do manual). Esses parágrafos são relacionados com a aplicação de tratamentos simples, não cirúrgicos mas que permitem um cuidado higiénico e uma intervenção primária no cuidado aos doentes, tendo sempre como pano de fundo o papel do enfermeiro em cada procedimento.

Numa segunda ordem de grandeza os capítulos XII, XVIII e XIX (18,5% do total do manual) relacionam-se com os cuidados que o enfermeiro deve ter num conjunto de tratamentos e de funções. Por exemplo, a aplicação de sanguessugas e ventosas antes e após a aplicação de sangrias (capítulo XII); os procedimentos do enfermeiro nas visitas do médico, na limpeza das mãos e dos instrumentos cirúrgicos; o seu papel no diagnóstico ou durante a anestesia e cuidados posteriores (capítulo XVIII); e, por último, as especialidades de enfermagem psiquiátrica, de reanimação e a remoção de cadáveres (capítulo XIX).

Os deveres dos enfermeiros surgem nesse manual delineados mais pela vertente humanista do que técnica. Refere o autor que a qualidade primária do caráter do bom enfermeiro é a caridade. Num segundo plano, após a aquisição dos conhecimentos inclusos no compêndio, o dever de cumprir na parte técnica e administrativa as prescrições dos médicos e dos regulamentos hospitalares.

Como menciona no último parágrafo do livro o enfermeiro é um *“cooperador do médico”*¹⁸ na verdadeira aceção da palavra, uma vez que, tal como vai referindo ao longo do manual, ao enfermeiro cabe-lhe a execução de procedimentos de higienização e acomodação dos doentes e de auxílio no diagnóstico e tratamento dos enfermos pelo corpo clínico do Hospital, motivado não só pela representação social debilitada do corpo de enfermagem, como também pelas suas parcas qualificações académicas, referência, de resto, em concordância com o conceito centrado no médico da ação do enfermeiro¹⁷.

Serão, pois, deveres consonantes com a frágil formação profissional e humana do corpo de enfermagem e com a visibilidade pouco lisonjeira da prestação laboral de tal corporação, mas que se apresentam como uma evolução notória ao regimento de 1592, a que atrás se alude, última referência institucional que o HGSA teve dos deveres dos seus enfermeiros.

2.2 Profissão de enfermagem no HGSA (1896-1918)

2.2.1 Enfermeiros, ajudantes e criados no dealbar do século XX

“Saber ser enfermeiro é ser caridoso, paciente e dócil, respeitador dos superiores e affavel com os doentes; eis em resumo títulos de nobreza do cooperador do médico no rude combate entre a morte e a vida.”^{18: 148-149}. Para além destes atributos de dedicação e sacrifício, arquétipo da profissão que se pretendia reabilitar com uma atitude mais profissional e competente na prossecução das suas atividades, faziam parte dos deveres dos enfermeiros inúmeras funções estabelecidas ao longo dos tempos por via oral e em regulamentos técnicos hospitalares e que no Manual de Evaristo Saraiva são atualizados.

O enfermeiro além da responsabilidade geral por todo o serviço *menor* da sua enfermaria, era especialmente incumbido de ser cuidadoso na observância das prescrições do médico relativas à alimentação e aos medicamentos dos doentes, serviço de ronda, preparação da sua enfermaria para a visita do médico – *“objetos de penso em seu lugar, em perfeita ordem, agua fria e quente, sabonete, escova d’unhas, bacia de mãos e toalhas”*, – devendo informar o médico sobre qualquer imprevisto que tenha ocorrido no serviço da enfermaria, ou sobre qualquer aspeto incomum ocorrido com qualquer doente, bem como acompanhar o clínico na sua visita anotando as suas recomendações e respondendo às suas questões, sendo-lhe vedada a intervenção na entrevista ao doente, a não ser quando inquirido e sobre o qual o manual de Evaristo Saraiva é bem explícito^{18: 178}.

Aos ajudantes de enfermagem cabiam essencialmente tarefas relacionadas com a limpeza e arranjo das enfermarias e serviço de vigilância, distribuído em tabelas da responsabilidade do enfermeiro. Assim os ajudantes eram encarregados de todo o serviço das enfermarias, excetuando os despejos, lavagem de casas e remoção de cadáveres. Era-lhes especialmente *“incumbida a aplicação de meios terapêuticos e do serviço de curativos, que lhes for designado; o arranjo das camas, a mudança de roupas e a limpeza dos doentes, lavando-os com água morna, e pondo-os em enxuto com todo o cuidado e caridade, quando for preciso.”*^{19:45}.

Os criados estavam encarregues *“dos despejos; lavagem de casas; branqueamento parcial das paredes; lavagem de louça, talheres, copos, garrafas e respetivos tabuleiros; condução dos tabuleiros das dietas e dos medicamentos; remoção dos cadáveres; condução de roupas, e de todo o mais serviço que puderem convenientemente desempenhar.”*^{19:45}

Considerado *“uma das molas mais importantes no complicado maquinismo de um grande hospital moderno”*^{20:151} mereceu o recrutamento do pessoal de enfermagem, importantes reflexões por parte das direções do HGSA com vista a produzir alterações nas condições do concurso de admissão aos lugares de ajudante e enfermeiro. Segundo as disposições do Regulamento dos Serviços Técnicos do HGSA de 1916, qualquer pretendente a ajudante ou

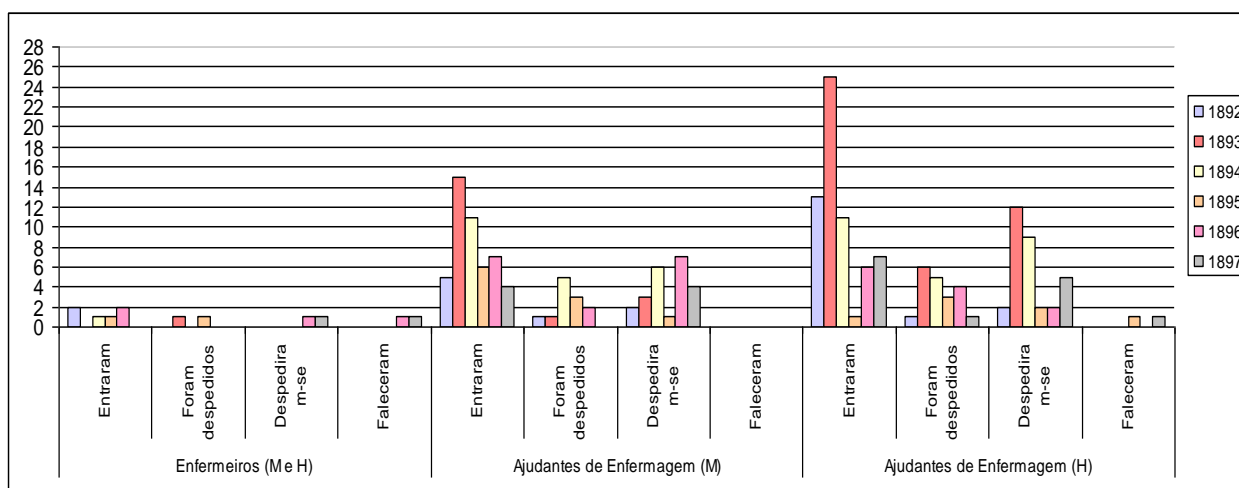
enfermeiro era obrigado a passar inicialmente pelo lugar de criado, sendo dispensados os indivíduos com habilitações médias, i.e. alfabetizados²¹.

É pois sugerido que seja facilitada a entrada destes indivíduos para o cargo de enfermeiro e/ou ajudante, “mediante a frequência do curso d’enfermeiros, ou apresentando prática idónea em estabelecimentos congéneres, sem todavia impedir o acesso dos criados, que por igual frequentarão àquele curso e poderão ser promovidos, quando para isso demonstrarem aptidões.”^{21:178}.

Acreditava a direção técnica do HGSA conseguir superar as dificuldades recorrentes no recrutamento de pessoal habilitado para o desempenho de funções caritativas, sendo muitas vezes obrigados a retardar por longos períodos a promoção de alguns ajudantes uma vez que entre o pessoal interno não se encontravam indivíduos habilitados, situação que originava graves prejuízos ao nível não só do serviço mas sobretudo da qualidade dos cuidados prestados, como se comprova na repetida referência nos relatórios anuais da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Os gráficos 1 e 2, relativos aos cargos de enfermeiros, ajudantes de enfermagem e criados para os anos de 1892-1897, permitem analisar o movimento do pessoal de enfermagem. Tendo em consideração as variáveis entradas e saídas percebe-se, em primeiro lugar, a alta rotatividade de ajudantes e criados contrastando com a relativa permanência dos enfermeiros.

Gráfico 1 – Movimento de pessoal de enfermagem: Enfermeiros (Homens e Mulheres) e Ajudantes de Enfermagem (1892-1897)^a

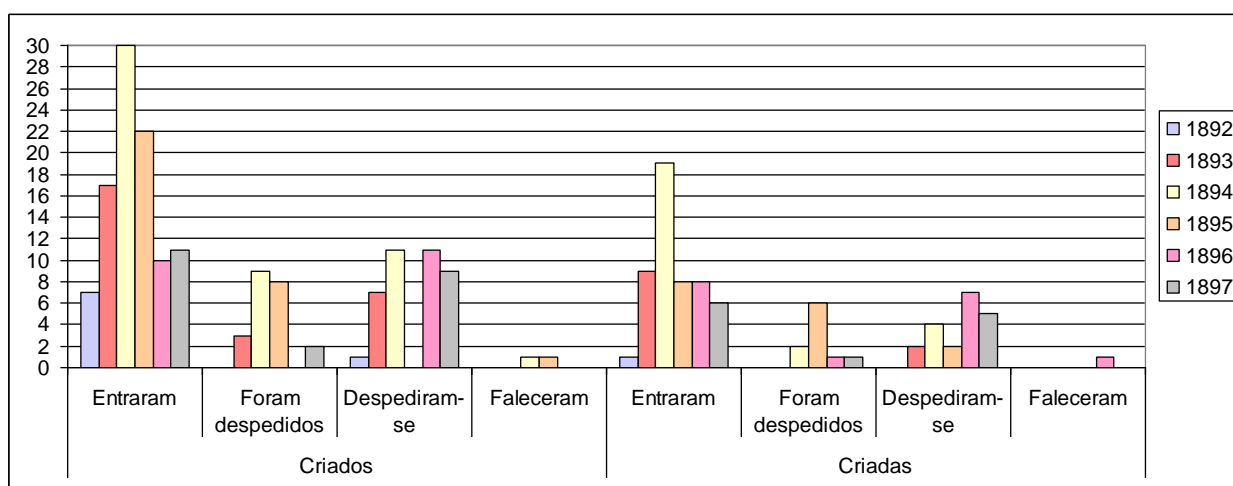


Da consulta dos *Livros de Termos de Entrada de Pessoal Menor* do Arquivo Histórico do HGSA (22) verifica-se a recorrência de um número superior de autodespedimentos em

^a Fonte: ²²Livro de Termos de Entrada de Pessoal Menor do HGSA (1892-1897) – N° total de casos: 212.

comparação com os despedimentos compulsivos. De facto, pela leitura dos relatórios constantes dos *Livros de Termos* (22) constata-se que, na sua generalidade, o autodespedimento estava relacionado com a não-aceitação das penalidades aplicadas e, especificamente no caso dos criados, pela recusa na submissão às funções decorrentes das tarefas a desempenhar. Paralelamente, percebe-se que o pessoal de enfermagem não estaria satisfeito com os baixos salários auferidos, que por ventura não compensavam o esforço exigido pelas tarefas a desempenhar. Verifica-se, quanto a ajudantes e criados, que o autodespedimento é mais elevado no caso do pessoal masculino, talvez pelas questões tradicionais de diferenças de género do processo de empregabilidade, pelo que aos homens seria menos moroso encontrar um outro posto de trabalho na cidade do Porto.

Gráfico 2 - Movimento de pessoal de enfermagem: Criados e Criadas (1892-1897)^a

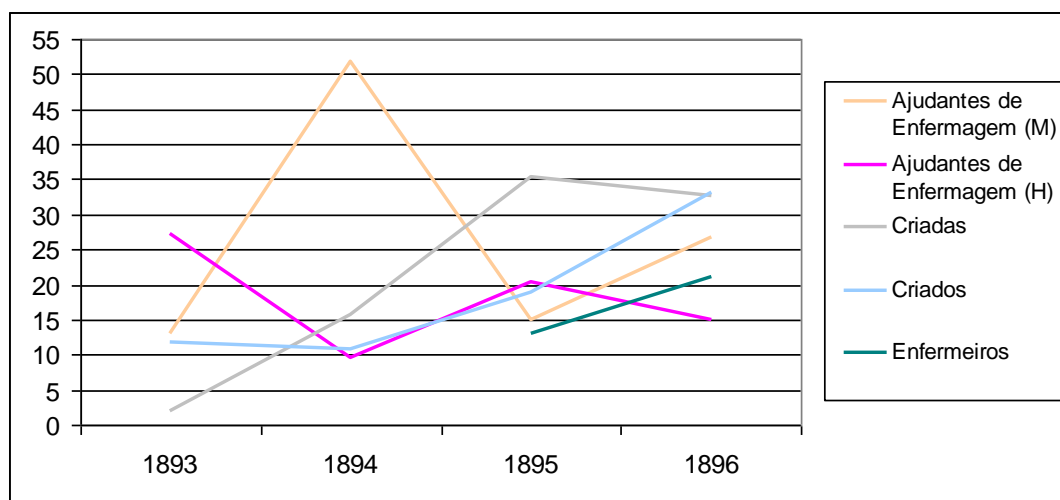


Quanto ao tempo médio de serviço, o cargo de criado (gráfico 3) atingiu em 1893 uma das médias mais baixas (2,5 meses), demonstrando alta mobilidade de entradas e saídas de indivíduos, registando-se a partir de então um sucessivo aumento, cuja média não deixa de ser sensível à variável “Despediram-se” do gráfico 2. A maior duração de tempo de serviço em meses reporta-se ao ano de 1894 quanto ao cargo “ajudantes de enfermagem – Mulheres” (52 meses), sensível, de igual modo, à variável “Despediram-se” mas ajustados pelo número médio de profissionais existentes no HGSA. Verifica-se porém, no ano seguinte, uma diminuição abrupta pela sensibilidade da variável “Entraram” do gráfico 1 já que os novos profissionais apresentavam tempo diminuto pela novidade da sua contratação. De referir, assim, que o tempo médio de meses de serviço por categoria profissional é sensível às variáveis número de efetivos, número de

^a Fonte:²² Livro de Termos de Entrada de Pessoal Menor do HGSA (1892-1897) – N° total de casos: 241.

saídas de funcionários e número de novos profissionais no cargo, pelo que a análise do tempo médio de meses de serviço (gráfico 3), deverá ser complementada com o movimento de pessoal de enfermagem (gráficos 1 e 2).

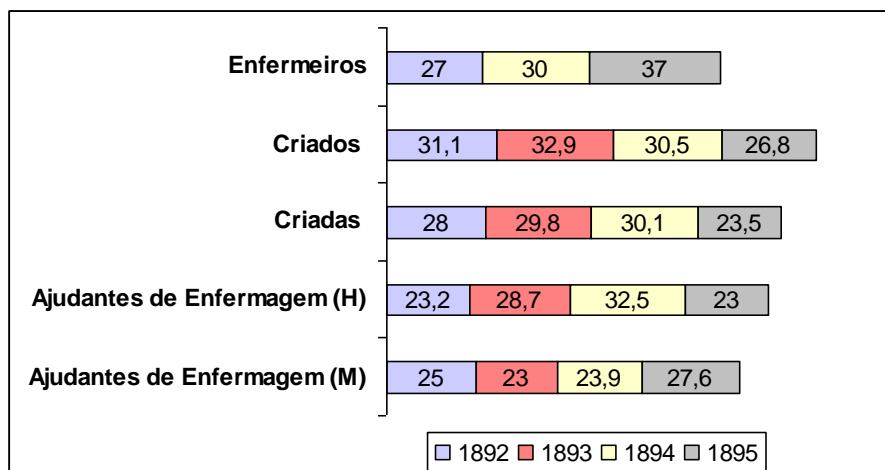
Gráfico 3 - Tempo médio de serviço (meses)^a



Relativamente à média de idade de admissão (gráfico 4) ao nível do cargo de enfermeiros, compreendida entre os 27 e os 37 anos, deve-se ter em consideração o tamanho da amostra uma vez que se reporta a 4 indivíduos (2 admitidos em 1892, 1 em 1894 e 1 outro em 1895). Quanto aos restantes cargos, bem mais representativos da idade média pelo aumento do número de admissões (conf. gráficos 1 e 2), medeiam entre os 23 anos (ajudantes de enfermagem – feminino, em 1893) e os 32,9 anos (criados, 1893). Refira-se, por fim, pela análise dos relatórios constantes dos *Livros de Termos*, a admissão de um criado com 59 anos e de uma criada com 17 anos, como idades extremas de admissão.

Podemos considerar a média de idades no momento da admissão ao serviço do Hospital elevada, sobretudo tendo em conta que, no século XIX, a entrada no mercado de trabalho fazia-se habitualmente muito antes dos 16 anos e que estes indivíduos não tinham obtido uma formação específica espelhando o facto da entrada para a profissão de indivíduos pouco motivados para as funções a desempenhar, ingressando nela por questões económicas e não de vocação.

^a Fonte: (22) - Livro de Termos de Entrada de Pessoal Menor do HGSA (1892-1897) – Nº total de casos: 189.

Gráfico 4 – Idade de admissão (média/anos)^a

Exemplificativo das carências ao nível de instrução, falta de aptidões técnicas e zelo para o desempenho das funções assistenciais, é a necessidade de, em 1916, recorrer-se aos préstimos de pessoal externo para o lugar de parteira-ajudante – ainda que sem efeito representativo do esforço de admissão que os gráficos atrás demonstram – em que *“houve, dentro dos termos regulamentares, a substituição da Enfermeira-Chefe (Parteira-chefe) por outra, após o respetivo concurso; como não houvesse concorrentes para o lugar de Parteira-ajudante ficando esse concurso deserto, teve que se chamar urgentemente, a título provisório, várias parteiras externas, que não satisfizeram nunca nem ao ex.mo Diretor da Enfermaria nem a esta Direção; finalmente, como a experiência não pudesse prolongar-se indefinidamente sem prejuízo grave do serviço, da disciplina e das doentes, lembrou esta Direção a nomeação provisória de uma ajudante do corpo de enfermeiras, aluna do curso de partos, ativa e diligente, propondo previamente o seu nome à aprovação do respetivo professor de partos, que aprovou plenamente; ... nomeação absolutamente inadiável e que se fez com caráter provisório apenas houve o intuito de não deixar abandonadas as doentes, que se tal não fizesse, ficariam servidas apenas por uma parteira.”*^{20:151}.

Há medida que o século XX se ia afirmando como palco de convulsões sociais e políticas, em 1908, apenso aos serviços do HGSA, organizou-se um corpo de enfermeiros de ambos os sexos tendo por finalidade a supressão temporária das faltas dos ajudantes de enfermeiros, bem como de fazer o serviço de enfermagem em casas particulares, quando tal serviço fosse requisitado à direção administrativa, dando-se todavia preferência aos enfermeiros e ajudantes efetivos²⁴. Incumbia-se ainda este corpo auxiliar de fazer o serviço de enfermagem aos pobres quando

^a Fonte:²² - Livro de Termos de Entrada de Pessoal Menor do HGSA (1892-1897) – Nº total de casos: 265.

requisitado pelo presidente da Conferência dos “Socorros Domiciliários”, associação algo incógnita que importará analisar em estudos posteriores.

O pessoal que constituía este corpo auxiliar à data do regulamento de 1909 era composto por 6 enfermeiros e 6 enfermeiras, sendo condições imprescindíveis para a sua admissão a aprovação no curso de enfermagem estabelecido no HGSA, ter robustez para o bom desempenho dos serviços de enfermagem, apresentar atestado oficial de bom comportamento e comprovar ser pessoa idónea.

Proseguiu-se internamente à requalificação dos serviços na aplicação de medidas de rigor, pelo que os funcionários ficaram obrigados a habitar nas instalações do Hospital, bem como a cumprir quesitos familiares. Não consentindo faltas, em favor do tratamento de doentes, a direção mantinha a disciplina com o auxílio de um Inspetor Fiscal, aplicando punições aos infratores verificando-se a redução de infrações na decorrência das medidas adotadas: *“é-nos grato confessar que esses castigos não se amiudaram tanto como nos anos transatos, o que nos confirma a excelência do que fizéramos, expurgando o hospital de incapazes ou incorrigíveis.”*

21:177

As penalidades estavam geralmente associadas a débeis procedimentos técnicos e morais no correto desempenho das funções sendo aplicadas sanções de repreensão, multa, suspensão ou demissão, tendo em consideração os antecedentes dos acusados, nomeadamente a reincidência na mesma infração, a sua gravidade, a antiguidade ao serviço do Hospital e um historial de bom comportamento²⁵.

Estas penalizações tinham diversos motivos, ora pela permissão dada aos doentes para fazerem a própria cama, ora por dormirem quando de ronda, por danos de materiais e bens à sua guarda, por fumarem dentro das enfermarias, por deitarem-se na cama doutro criado, por não passarem a ronda à hora prevista, por apresentarem postura pouco correta em hora de visitas, entre outras.

As multas e as suspensões estavam principalmente relacionadas com circunstâncias disciplinares destacando-se alguns dos exemplos seguintes: *“5 dias de multa por ser portador de pão e vinho para um doente; 5 dias de multa por não trazer a barba feita; 5 dias de multa por estar a acenar para os prédios da rua da Liberdade; 6 dias de multa por às 20,30 estar a brincar na enfermaria; 6 dias de multa por consentir que as doentes brunissem^a; 8 dias de multa por se ter travado de razões com um colega; 10 dias de multa por usar de modos bruscos para com os doentes; 10 dias de multa por ter difamado um superior; 10 dias de multa por desobedecer à*

^a Engomar ou passar a ferro.

enfermeira-parteira; 10 dias de suspensão por ter agredido um colega; 19 dias de suspensão por ter faltado ao serviço alegando falecimento de sua mãe o que era falso; 20 dias de suspensão por desobedecer às ordens do enfermeiro de ronda; 36 dias de suspensão por agredir uma colega; 53 dias de suspensão por aconselhar uma doente a não ser operada; 67 dias de suspensão por se ter envolvido em desordem dentro do Hospital com um indivíduo estranho; 70 dias de suspensão por ter mandado fazer uma chave da porta da galeria que dá para as mulheres.”^{21:178}.

Ao nível da apresentação do pessoal, foi deliberado em Ata da Direção Administrativa de 22 de maio de 1905, que todos os enfermeiros, ajudantes e criados passassem a ser obrigados a usar uniformes compostos por blusa de cotim de linho, calças do mesmo pano e sapatos ou botas de couro amarelo.

Os enfermeiros e ajudantes, por seu turno, poderiam usar uniforme de linho ou de fazenda, conforme lhes conviesse, mas *“devem andar sempre uniformizados, exceto nas ocasiões em que fizerem curativos ou assistirem a operações porquanto, nestes trabalhos poderão usar blusas ou casacos compridos (modelo antigo) mas sempre com o boné. Fora d’estes serviços serão obrigados ao uso do uniforme, devendo usar calçado preto, quando como o uniforme de fazenda”*^{26:159-160}.

Os criados poderiam servir-se de qualquer vestuário sempre que executassem os trabalhos da esfrega, concluído o qual deveriam voltar a uniformizar-se. A estes era ainda permitido o uso de *“alpergatas^a, completando o seu vestuário um boné de pano ou flanela azul”*^{26:159-160}.

Tanto aos enfermeiros quanto aos ajudantes era fornecido pela *Alfaiaria* (serviço de fardamento), gratuitamente, um par de calças, sendo todavia obrigados a possuir mais dois pares, às suas expensas pois o *“pagamento do uniforme ou acessórios serão satisfeitos por uma só vez ou por meio de prestações mensais de 10% deduzidos ao seu vencimento”*^{26:159-160}.

Todo o empregado que não respeitasse o disposto sobre o uso do uniforme ficaria sujeito a punição, decidida pela direção administrativa. Veja-se, por exemplo, o caso de Alberto, várias vezes admoestado por não se apresentar *“devidamente uniformizado”* e avisado, em novembro de 1909, de que seria despedido se continuasse a ter tal comportamento. Já no caso de Luísa, esta foi multada em um dia de salário em 1917 por ter sido encontrada *“sem o uniforme”*^{23,27}.

Viria a verificar-se uma nova reforma de vestuário de serviço do pessoal de enfermagem em 1930/31: *“A esta Direção pareceu que o atual uniforme do pessoal deste Hospital poderia ser modificado e melhorado; discutido e aprovado o assunto, está o fardamento em confeção, devendo muito brevemente ser adotado, com o que lucrará muito o aspeto e boa aparência do*

^a Calçado com sola de corda ou de borracha, com tiras de couro ou de pano.

nosso pessoal, acentuando assim uma nota de asseio e até de disciplina, sempre agradável, não só para os doentes como para todos quanto entram nesta casa^{28:201}.

Imagem 1 – Desobriga dos Enfermeiros Católicos no HGSA^a



A imagem 1 serve de exemplo para o uniforme do pessoal de enfermagem. A foto tirada no jardim central do Hospital é provavelmente posterior a 1934, ano em que foram distribuídos os novos uniformes que correspondem aos da imagem^{29:186}. O pessoal de enfermagem destaca-se pelos gorros e toucas que portam, diferenciando-o do pessoal médico que trabalhava sem nenhum acessório na cabeça. A bata do pessoal de enfermagem era abotoada atrás, contrariamente à do pessoal médico que apertava à frente. Verifica-se ainda que o pessoal médico trajava fato e gravata por baixo da bata, para se distinguir facilmente do pessoal de enfermagem masculino.

Refira-se assim, o desfasamento cronológico natural entre o início do curso de enfermagem e o desenvolvimento da profissão, tanto nas novas regras de apresentação como nas funções a desempenhar, motivado, talvez, pela falta de um currículo sustentado que desse resposta às necessidades específicas das funções de enfermagem que eram necessárias e que desse corpo a uma formação credível e consentânea com a falta de recursos humanos qualificados. Não obstante, o final do século XIX e início do século XX apresentou-se como o início de um período de ajustamento dos recursos humanos caritativos às inovações médicas e tecnológicas que o século XX trouxe, caminhando, progressivamente, para uma melhor qualificação técnica e caritativa do seu pessoal.

^a Coleção da família da Enf.^a Ana Machado dos Santos; Biblioteca Central do Centro Hospitalar do Porto.

2.3 Associativismo e enfermagem: a *Associação de Classe dos Enfermeiros de Ambos os Sexos dos Hospitais Civis do Norte de Portugal*

Um ano depois da criação da *Associação de Classes do Pessoal dos Hospitais Civis Portuguezes*, em Lisboa, é fundada em fevereiro de 1912 a *Associação de Classe dos Enfermeiros de Ambos os Sexos dos Hospitais Civis do Norte de Portugal* com estatutos legalmente aprovados a 3 de outubro de 1913, já com a denominação de *Associação de Classe dos Enfermeiros de ambos os sexos do Porto* e sita na Rua do Almada, Porto³⁰.

Em ofício enviado à Comissão Administrativa do HGSA a 24 de fevereiro de 1912, participa o presidente da comissão administrativa, José Joaquim Moreira, a instalação dessa Associação com secretaria na Rua dos Caldeireiros, solicitando ainda que a mesma fosse ouvida sempre que *“quaisquer determinações no exercício interno da Casa hospitalar que V. Exas dirigem possam afetar os interesses do pessoal de enfermagem ou de categoria inferior”*³⁰.

Tendo por objetivo a educação moral e o auxílio aos agremiados, deliberavam constituir-se coletivamente os enfermeiros dos hospitais civis, *“convencidos de que isoladamente os indivíduos não conseguem domar as múltiplas vicissitudes da vida, e que só unindo-se, solidarizando-se, associando-se, podem produzir iniciativas belas e de superiores vantagens, umas vezes restritas a uma classe social outras vezes extensivas a todo o agregado humano”*^{31:106}.

Ao nível da intervenção esta Associação mostrou-se ativa e a sua relação com a direção administrativa algo tumultuosa, sendo, por vezes, atendida na defesa dos seus associados, como se demonstra em março de 1912 quando intervém pela primeira vez na expulsão da ajudante da enfermaria nº 12, Águeda, requerendo que os seus delegados José Joaquim Moreira, Miguel Joaquim Motta, Ernesto Pinto Coelho e António Dias Soares fossem recebidos a fim de prestarem esclarecimentos, tendo conseguido que meses mais tarde fosse a dita funcionária readmitida.

Outras vezes a relação entre associação e Hospital derivava para o azedume como se demonstra pela ata de 11 de março de 1912 em que a direção administrativa *“resolveu-se informar os delegados de que a direção administrativa entende que, perante qualquer falta, só deve ver o empregado que a cometteu e o Regulamento. Por isso não trata com a Associação de Classe, cujo officio nem ao menos assinado pela Direção nem recebe os commissionados”*³¹. Mais tarde (27 de maio 1912) voltam a insistir que a *“direção administrativa só entretém relações com os seus empregados”*³¹, não reconhecendo as atribuições desta associação, o mesmo acontecendo a 28 de julho de 1931 sendo referido nas atas, quanto a uma intervenção da associação depois de um castigo aplicado, *“não aceitar esta Direção Administrativa a interferência de estranhos”*³².

Em 17 junho de 1912 têm um papel preponderante na contenda pela manutenção de uma regalia concedida ao pessoal menor pela Comissão Administrativa HGSA em dezembro de 1900, e que lhes facultava o gozo de 30 dias de licença em cada ano sem perca de vencimento. Essa concessão havia sido deliberada *“como uma medida sanitária e de elevado alcance social depois de haver constatado o risco que ameaça a vida e a saúde do pessoal de enfermagem em permanente contato com os doentes, não sendo exagero atestar que a nossa existência se abala podendo verificar-se até vitimas de infeções de tuberculose e de outras doenças transmissíveis”*^{31:199b}.

Uma das suas principais vertentes de atuação foi igualmente a defesa dos interesses económicos comuns dos seus associados. Na decorrência da crise económica e social após a implantação da República (5 de outubro de 1910), o pessoal de enfermagem, sem exceção de categorias, auferia poucos recursos no decorrer da sua atividade.

Deste modo a Associação dirigiu à direção administrativa do HGSA um pedido de melhoramento do ordenado, conforme já havia sucedido com outras classes³³.

Nos estatutos da Associação é também mencionado o desejo de fundar uma associação de socorros mútuos, contribuindo para esse fim 30% das quotas mensais dos associados e todas as possíveis doações. No mesmo documento é referido ainda que a direção da Associação deveria *“diligenciar-se pela organização d’uma bibliotheca e gabinete de leitura”*³⁰, sendo hoje de difícil aferição saber da realização destes empreendimentos, devido à dissolução da Associação e consequente desaparecimento dos seus arquivos

Esta Associação pretende também atribuir, em 1922, *“cartões de identidade”* para os enfermeiros diplomados, num esforço de lutar contra os *“abusos de certos indivíduos, que, ilegalmente, usam esta profissão”*. Convém sublinhar que o Estado português cria um documento semelhante apenas em 1947, ou seja, 25 anos depois desta Associação já ter tentado limitar o exercício da enfermagem às pessoas detentoras de uma formação específica. A Associação pede assim aos associados para enviarem duas fotografias e a carta ou diploma de habilitação para assim *“exercerem a sua profissão livremente”*^{34:1}. Podemos considerar esta a primeira tentativa de limitar a enfermagem às pessoas formadas numa Escola de Enfermagem, contribuindo para melhorar a imagem destes profissionais na sociedade portuguesa e opondo-se aos *“curandeiros”* que exerciam cuidados de enfermagem sem conhecimentos técnicos específicos.

Dissolvida em inícios da década de trinta, passaram os profissionais de enfermagem a serem representados pelo Sindicato Nacional dos Enfermeiros do Distrito do Porto, organismo

cooperativo fundado em junho de 1934 e onde foi incorporado o mobiliário e demais pertences da extinta Associação.

Conclusões

O presente estudo visa perceber as repercussões da formação na prática de enfermagem no HGSA entre 1896 e 1918, fazendo perceber, por um lado a criação de uma Escola de Enfermeiros com intuito de instruir os enfermeiros de conceitos mínimos de intervenção na prática hospitalar e, por outro, a existência de um corpo de ajudantes em âmbito hospitalar com necessidade de melhoria das suas funções técnicas.

Esta ação formativa terá sido motor da melhoria progressiva da representatividade do corpo de enfermagem e do gradual desfasamento quanto a outros cargos menores do HGSA (criados e ajudantes) fomentando ainda o associativismo entre colegas de trabalho e, por isso, dando origem à Associação de Classe dos Enfermeiros dos Hospitais Civis do Norte. Esta associação pioneira unia a classe específica de enfermeiros, uma vez que a anterior Associação de Classes do Pessoal dos Hospitais Civis Portuguezes era generalista a todo o pessoal destes estabelecimentos de saúde.

Estudos mais profundos e transversais à realidade nacional poderão confirmar ou desmentir, por isso, o paradigmático caso português, centrado no HGSA, da emancipação dos enfermeiros: no que concerne a formação – primeira escola de duração ininterrupta na formação em enfermagem (a atual Escola Superior de Enfermagem do Porto tem a sua origem na Escola de Enfermeiros criada em 1896 no HGSA) – e o associativismo – pioneira associação de enfermagem em contexto nacional, tanto quanto se sabe.

Os regulamentos dos cursos de enfermagem, 1896, simplista e o de 1918, mais dirigido, fazem perceber uma lenta progressão formativa pretendendo-se habilitar o corpo de enfermeiros do Hospital de competências técnicas e teóricas que possibilitassem melhorar os cuidados de saúde prestados e otimizar as suas competências.

A relação de melhoria dos cuidados pelo binómio formação e prática, parece ter sido alvo de desfasamento com repercussões na representação da profissão tanto em contexto hospitalar, quanto em contexto social motivado, pensamos, pela falta ainda de um currículo consistente que respondesse às necessidades hospitalares, bem como pela complexa rede social dos profissionais caritativos.

De resto o Manual de Evaristo Saraiva representa um passo fundamental para a dotação de conceitos técnicos de enfermagem tendo servido de barómetro dos deveres e competências, que,

à data da sua primeira edição (1896) eram ainda algo inócuos. São deveres consonantes com a frágil formação profissional e humana do corpo de enfermagem e com a visibilidade pouco adulatora do trabalho realizado, ainda que tenha sido um passo em frente em relação ao já desgastado *Regimento da Santa Casa da Misericórdia do Porto* de 1592⁷.

A prestação de cuidados no HGSA estava a cargo de enfermeiros com responsabilidades gerais por todo o serviço da sua enfermaria, na observância das prescrições do médico e preparação da enfermaria para a visita do mesmo. O enfermeiro era ainda auxiliado por criados e ajudantes de enfermagem aos quais cabiam essencialmente tarefas relacionadas com a limpeza e arranjo das enfermarias e serviço de vigilância, distribuído em tabelas da responsabilidade do enfermeiro.

Nos finais do século XIX, ao pessoal auxiliar (ajudantes e criados) estava votada grande rotatividade no que concerne a admissões e despedimentos, em contraste com a relativa estabilidade do corpo de enfermeiros, com número de despedimentos e admissões sempre inferiores a 1 para os dados disponíveis, sobre o qual se refletiam os tempos médios de serviço, estabilizados entre os 12 e 20 meses para os enfermeiros, em contraste com a alta irregularidade de tempo médio de serviço de ajudantes e criados, que mediavam entre os 2 e os 50 meses de trabalho total dos funcionários da categoria.

De resto esta regularidade do corpo de enfermagem, algo caracterizadora de um corpo em formação já com alguma consolidação profissional, terá como corolário a criação, no HGSA, da *Associação de Classe dos Enfermeiros de Ambos os Sexos dos Hospitais Civis do Norte de Portugal* em 1912, potenciando a consolidação paulatina de um corpo profissional autónomo, com competências únicas, e abrindo caminho para a profissão de enfermagem de hoje.

Referências

- 1- Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório dos Atos da Santa Casa da Misericórdia do Porto, na sua Gerência do 1º de julho de 1895 a 30 de julho de 1896. Pelo Provedor Francisco Gomes Teixeira. Porto: Tipografia de José de Sousa e Irmão; 1896.
- 2- Lopes, MA. Os pobres e a assistência pública. In: José Mattoso, direção. História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890). V vol. Lisboa: Círculo de Leitores; 1993: p.500-515.
- 3- Ferreira, C. Assistência social portuguesa. Apontamentos para a sua história, seus princípios e sua organização. Revista Portuguesa de Saúde Pública. 1986; 4 (1/2): 41-51.

- 4- Vieira, F, Silva, H, Pinto, P. Evolution of Nursing Education in Portugal - a historical analysis of the Nursing School at the Hospital Geral de Santo António in Porto (1896-1947). *E.Journal of Portuguese History*. 2010; 8 (1): 1-11. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue15/pdf/v8n1a04.pdf [consultado a 15 de fevereiro de 2011].
- 5- Ramos, R. *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*. VI vol. Lisboa: Círculo Leitores; 1994.
- 6- Braga Maia, T, Vieira, F. Um olhar sobre o passado: história do ensino e da prática da enfermagem no Hospital Geral de Santo António (1855-1977). *Arquivos do HGSA: Revista de Atualidade Hospitalar*. 2007; 1 (n.º especial): p.71-90.
- 7- Basto, A. *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto; 1934.
- 8- Silva, H. *Do curandeiro ao diplomado: história da profissão de enfermagem em Portugal (1886-1955)* [tese]. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales; 2010. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11627> [consultado a 15 de fevereiro de 2011].
- 9- Simões, AAC. *O Hospital de Santo António da Misericórdia. Relatório*. Porto: Tipografia do Jornal do Porto; 1883.
- 10- Silva, A. *A arte de enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; 2008.
- 11- Nunes, L. *Um Olhar sobre o Ombro: Enfermagem em Portugal (1881-1998)*. Loures: Lusociência; 2003.
- 12- Soares, M.I. *Da Blusa de Brim à Touca Branca: Contributo para a História do Ensino de Enfermagem em Portugal (1880-1950)* [tese]. Lisboa: Universidade de Lisboa; 1993.
- 13- Santa Casa da Misericórdia do Porto. *Relatório dos Atos da Santa Casa da Misericórdia do Porto (...), durante o anno de 1894-1895*. Porto: Tipografia de José de Sousa e Irmão; 1895.
- 14- *Comércio do Porto - ano XLIV, nº 2, 2 de janeiro; 1897: p.2.*
- 15- Hospital Geral de Santo António. *Regulamento do Curso de Enfermagem*. Porto: Oficina do Instituto de Surdos Mudos; 1918.
- 16- Davies, C. *Rewriting nursing history*. Londres: Croom Helm; 1980.
- 17- Bradshaw, A. *The Nurse Apprentice, 1860-1977*. Aldershot: Ashgate; 2000.
- 18- Saraiva, E. *Manual para o curso de enfermeiros do HGSA da Misericórdia*. Porto: Officina Typographica do Hospital de Alienados do Conde Ferreira; 1904.

- 19- Hospital Geral de Santo António. Instruções Regulamentares do Regulamento dos Serviços Técnicos do Hospital de Santo António. Porto: HGSA; 1916.
- 20- Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório dos Atos da Santa Casa da Misericórdia do Porto (...) dos anos de 1916 a 1917. Porto: Tipografia de José de Sousa e Irmão; 1917.
- 21- Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório dos Atos da Santa Casa da Misericórdia do Porto (...), durante o anno de 1901-1902. Porto: Tipografia de José de Sousa e Irmão; 1902.
- 22- Hospital Geral de Santo António. Livro de Termos de Entrada de Pessoal Menor do HGSA (1892-1897); 1897.
- 23- Hospital Geral de Santo António. Livro de atas da direção administrativa. Livro 7 [1908-1911]; 1909.
- 24- Hospital Geral de Santo António. Regulamento do Corpo Auxiliar de Enfermeiros do Hospital Geral de Santo António. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira; 1909.
- 25- Silva, H. Punir para disciplinar: o caso do pessoal de enfermagem do Hospital Geral de Santo António (1890-1899). Conference Proceeding at XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social; 2010. Disponível em: <http://www.iseg.utl.pt/aphes30/docs/progdocs/HELENA%20DA%20SILVA.pdf> [consultado em 11 fevereiro 2011].
- 26- Hospital Geral de Santo António. Livro de atas da direção administrativa. Livro 5 [1900-1906]; 1905.
- 27- Hospital Geral de Santo António. Livro de atas da direção administrativa. Livro 10 [1915-1918]; 1917.
- 28- Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório da Santa Casa da Misericórdia do Porto (...) anos de 1930 e 1931. Porto: s.ed; 1931.
- 29- Santa Casa da Misericórdia do Porto. Relatório da Santa Casa da Misericórdia do Porto (...) anos de 1933 e 1934. Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira; 1934.
- 30- Estatutos da Associação de Classe dos Enfermeiros de Ambos os Sexos do Porto. Disponível em: <http://arquesoc.gep.mtss.gov.pt/projecto1/index.htm> – dossier Associação de Classe dos Enfermeiros de Ambos os Sexos do Porto [consultado a 30 de setembro de 2008]; 1913.
- 31- Hospital Geral de Santo António. Livro de atas da direção administrativa. Livro 8 [1911-1913]; 1912.

- 32- Hospital Geral de Santo António. Livro de atas da direção administrativa. Livro 15 [1930-1933]; 1931.
- 33- Hospital Geral de Santo António. Livro de atas da direção administrativa. Livro 10 [1915-1918]; 1918.
- 34- Comércio do Porto - ano LXVIII, nº 15, 18 de janeiro; 1922: p.1.